

# O Araguaia pelos Militares: Imaginários e Barbáries

Flávia M. Franchini Ribeiro\*

STUDART, Hugo. *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares Sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006. 383 p.

É conhecida a afirmação de Jarbas Passarinho, ministro durante o regime militar, de que os militares perderam “a batalha da comunicação”. Não raro, as abordagens referentes aos anos dos governos militares se voltam para os sujeitos históricos que atuaram na oposição ao regime, em práticas que ficaram consagradas como de resistência, em geral, associadas a setores civis contra militares. Talvez essa construção da memória, que diverge daquela oficial, explique a razão de um enfoque nos grupos de esquerda que combateram o regime, em estudos sobre o período.

Mas obviamente, ela não se resume à empatia de setores da sociedade com esses sujeitos históricos. Ao contrário de certos militares que optaram pelo silêncio sobre a repressão praticada no regime militar, as suas vítimas se empenham em falar e divulgar as atrocidades cometidas no combate a setores políticos considerados ameaçadores à ordem instituída. Agiram conscientemente para atuar sobre o processo de construção da memória no período da redemocratização, numa tentativa de buscar a justiça que não alcançaram com o desenrolar da Anistia, quando seus algozes não foram punidos. Dessa forma, predominam os relatos dos setores combatidos pela repressão política em detrimento daqueles que a empreenderam.

Em contraposição a essa tendência, a obra de Hugo Studart, *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares Sobre a Guerrilha do Araguaia*, apresenta o relato dos militares. Jornalista profissional, teve acesso a um incrível material, onde os agentes que atuaram na Guerrilha do Araguaia intentam apresentar as suas narrativas sobre os enfrentamentos com os guerrilheiros, ocorridos entre 1972 e 1974. E esse é apenas o primeiro ponto que nos chama a atenção na obra.

\* Mestre em História, Cultura e Poder pela UFJF.

São várias as perguntas que pairam sobre essas ações militares, muitas delas apontadas no livro em questão, o que torna o trabalho de Hugo Studart uma contribuição inexorável. Alguns temas vêm sendo abordados pelos sobreviventes daquele episódio, geralmente ex-guerrilheiros, e também moradores da região, quando entrevistados. Mas a construção dessa memória ainda está marcada por silêncios devido à violência dos episódios, na “tentação do esquecimento”, segundo analisou Pierre Ansart. E isso ocorre principalmente com os militares, que chegaram a apagar rastros da guerrilha no final dos trabalhos com a extirpação de documentos e corpos que pudessem resultar em vestígios. Eles se calaram, alegando Razões de Estado, conforme Studart, que observa neles, a necessidade de esquecer o passado.

Porém, em determinado momento, alguns militares quiseram expressar a sua *versão* dos acontecimentos na Guerrilha do Araguaia. Produziram uma reunião documental que chamaram de “Dossiê Araguaia”, elaborado entre 1998 e 2001. Esse foi o material a que o jornalista teve acesso, além de contatos com agentes que atuaram no local. Studart também buscou outros documentos oficiais que narram as operações e trabalhou com diversas fontes escritas já divulgadas, como o Relatório Arroyo. Ainda teve acesso a uma cópia inédita do diário de Maurício Grabois, o Velho Mário, redigido durante os confrontos, que por não ser original, foi objeto de leitura crítica, baseado em sua comparação com outras fontes.

No entanto, além de relatar as informações de seu conhecimento - o que por si só seria uma excelente contribuição -, Hugo Studart trabalhou suas fontes por meio da pesquisa acadêmica. Os resultados foram uma dissertação de Mestrado em História, pela UNB, intitulada *O Imaginário dos Militares na Guerrilha do Araguaia (1972 - 1974)*, e com algumas adaptações posteriores, o presente livro. A obra não é uma história geral da Guerrilha do Araguaia, adverte o autor. Seu objetivo é compreender a construção do imaginário dos militares sobre aqueles acontecimentos, analisando o teor de suas informações em contraposição ao grupo a que combatiam.

A guerrilha rural era um objetivo das várias siglas de esquerda revolucionárias daquele período, tendo sido concretizada efetivamente pelo PCdoB. Registre-se que outra iniciativa do mesmo tipo, a Guerrilha de Caparaó, organizada pelo MNR para acontecer na fronteira entre Minas Gerais e o Espírito Santo, foi desbaratada antes mesmo de sua deflagração, em março de 1967,

com as suspeitas levantadas na região por moradores, devido à movimentação dos guerrilheiros.

O PCdoB foi às vias de fato, iniciando a movimentação num ponto estratégico da selva amazônica, às margens do rio Araguaia, na região sul do Pará. Desde 1966, os militantes do partido ocupavam a região para promover a guerrilha, após treinamentos empreendidos na China comunista. O número de guerrilheiros no local chegaria a 69, infiltrados na mata, e que conquistaram a confiança da população local formada por pessoas pobres que tiveram o acesso a diversas formas de assistência por meio da colaboração dos “paulistas”, como chamavam os militantes. Segundo Jacob Gorender, a efetivação da Guerrilha do Araguaia se deveu, além de ações inventivas, à opção do PCdoB em se afastar da luta mais explícita no cenário urbano.

Em 1972, as Forças Armadas teriam sua atenção voltada para as movimentações de guerrilheiros na selva. Realizaram o combate por meio de três Campanhas que, segundo Studart descreve, mobilizaram um efetivo militar apenas inferior ao número de participantes na II Guerra Mundial. A Terceira Campanha, que resultou no completo aniquilamento da guerrilha em 1974, foi muito diferente da Primeira. Naquela, os militares mudaram suas práticas persecutórias e não houve sobreviventes entre os guerrilheiros. Destacamos que o livro relata dois momentos durante o ciclo da intervenção militar e que atuaram sobre o resultado final: o Período de Trégua e a Operação Sucuri, que procedeu a um minucioso diagnóstico do local e da situação, contribuindo para a transformação na ação militar. O resultado foi um saldo dentre os mais bárbaros dos anos do regime militar, a morte de mais de cinquenta militantes do PCdoB, segundo informações do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Hugo Studart aponta que o número de mortos diverge, segundo os militares e o PCdoB, e faz referências a camponeses mortos por ambos os lados, acusados de colaboração com os dois elementos da batalha.

Torna-se possível delimitar os três sujeitos históricos envolvidos nos combates: os guerrilheiros militantes do PCdoB, os militares e os moradores da região. O autor de *A Lei da Selva* faz um balanço historiográfico do período e aponta, caso genérico nos estudos sobre Ditadura Militar, o pequeno enfoque nos militares, como uma justificativa para sua obra. Mas conclui que é impossível trabalhar a ação dos militares no Araguaia sem avaliar a de seus oponentes, os guerrilheiros. E aborda o elemento de dis-

puta destes dois atores: a população local que passa a ser alvo de cooptação pelos agentes em determinado momento do combate, quando então, os embates se invertem a favor da repressão.

Dialogando com teóricos como Bronislaw Baczko, Cornelius Castoriadis, Hannah Arendt e Hommi Bhabha, ao longo de toda a obra, o autor trabalha com imaginário, identidades, instituições públicas, regimes autoritários e, principalmente, onde busca a compreensão dos acontecimentos, o conceito de heteronomia. Ao narrar o caminho para a construção da pesquisa, promove grande contribuição para os pesquisadores interessados na Ditadura Militar, ao tratar a dificuldade de acesso às fontes. Para os que trabalham com História Oral, a pesquisa também é valiosa. A complexidade das informações reveladas em *A Lei da Selva* impediu que o seu autor divulgasse os nomes de alguns depoentes envolvidos em ações de combate à guerrilha e, em certos momentos, até seus codinomes foram omitidos. Pairava, entre os militares, a ameaça da quebra do “pacto de silêncio”, instituído na Guerrilha do Araguaia. Um militar afirmou que negaria publicamente o seu depoimento caso viesse a ser oficialmente interrogado, enquanto militantes comunistas reagiram às informações previamente divulgadas sobre a obra, acusando-a de ser uma apologia dos militares.

Mas o trabalho de Studart não deve ser analisado como uma reprodução do discurso da repressão, pelo próprio rigor acadêmico com o qual ele foi construído. É inegável constatar que a obra proporciona uma pluralidade de sentimentos, sendo impossível a sua leitura apenas segundo uma ótica principalmente ideológica. Percebe-se no livro a fidelidade ao rigor metodológico pela disposição e a utilização do discurso argumentativo ao longo da obra. Os embates caracterizados pelos militares como “guerra não-regular”, portanto “guerra suja”, são contextualizados historicamente na “era dos extremos”, conforme Eric Hobsbawm: o clima de Guerra Fria e a formação do estado de exceção instituído no Brasil, especialmente a partir do AI-5 – quando, segundo outro estudioso dos militares, Hélio Contreiras, as Forças Armadas adotaram, oficialmente, as práticas policiais na repressão.

Por vezes, a interferência, inevitável, da principal fonte de pesquisa aparece com a reiterada citação dos justicamentos praticados pelos guerrilheiros. Esse elemento é freqüente na argumentação dos militares para justificar seus atos violentos no extermínio da guerrilha. No entanto, ele não nos é apresentado isoladamente,

mas acompanhado de uma análise crítica que busca compreender porque membros das Forças Armadas adotaram em determinado momento o que o autor caracterizou como a Lei da Selva, no lugar da Lei da Guerra. E violaram as práticas dos direitos humanos, quando figuravam como os defensores da lei e da ordem. Ao mesmo tempo, o livro aponta ações semelhantes praticadas por alguns guerrilheiros. É essa heterogeneidade que o autor procura trabalhar ao longo de todo o texto, fugindo à perpetuação de análises dicotômicas.

A complexidade da obra se revela por entre os caminhos que constroem esse objetivo. O imaginário dos militares que combateram no Araguaia é tão complexo como os acontecimentos que lá se desenvolveram. No imaginário daqueles militares, a admiração pelo capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o Dr. Curió, também aparece na referência a guerrilheiros como Sônia, ou Dina, que virava borboleta, ou Fátima, que sozinha, enfrentou dezesseis militares. A leitura me fez lembrar um antigo militante comunista que disse, certa vez, que eram necessários dez soldados para abaterem um guerrilheiro. Queria explicar o sentido da luta revolucionária. A causa e a disciplina dos guerrilheiros são patentes nos militantes que impressionaram os militares, quando enfrentaram a morte ou não recuaram ao perceberem que a causa estava perdida. E que, como Maurício Grabois, mesmo doente, aguardava a ordem de outros companheiros para deixar a selva, o que não ocorreu, pois ele foi eliminado juntamente com outros companheiros no Chafurdo de Natal, execução promovida pelos agentes da repressão em 1973.

Nesse sentido, incomodou-me a avaliação do guerrilheiro romântico feita pelo autor. O “romantismo revolucionário”, e tomo esse termo emprestado de Marcelo Ridenti, somente pode ser compreendido naquele contexto específico, quando acontecimentos como a Revolução Cubana possibilitaram às esquerdas apostarem numa revolução socialista iminente. Um erro de análise fatal, mas que existiu de fato naquele momento, difícil de compreendermos com nossos valores atuais e que foi fruto de uma construção plural, com variadas influências e perspectivas na busca por uma nova sociedade.

Vários outros pontos podem ser ressaltados no livro, que nos instiga ao constante diálogo com a obra, também propiciado pelo texto bem escrito de um jornalista experiente. A construção do imaginário de guerrilheiros valentes, dignos de respeito por

seus executores, como Dina ou Osvaldão, torna-se, segundo o autor, elemento utilizado pelos militares para justificar os atos que cometeram a partir da Terceira Campanha, como a premiação por cabeças de guerrilheiros mortos. A argumentação dos militares para a violência é a de que quem começou foram os comunistas. Uma reação muito típica de comportamentos totalitários que me fez recordar o caso trabalhado pelo historiador Alessandro Portelli sobre o massacre ocorrido na região da cidade italiana, Civitella Val di Chiana. O episódio foi deflagrado pelo confronto entre guerrilheiros que praticavam a “guerra de *partisans*” - segundo Studart, o mesmo tipo de ação empreendida pelo PCdoB no Araguaia - e agentes nazistas, e resultou na morte de vários civis. A revolta popular cresceu contra a Resistência, acusada de provocar por atos irresponsáveis a ação dos nazistas, num sentido próximo à expressão popular “cutucar a onça com a vara curta”. Essa é a reação semelhante na justificativa dos militares para a morte violenta dos guerrilheiros no Araguaia.

Faltou uma atenção mais detida sobre a cultura anticomunista, o que poderia explicar em parte a conduta desses militares. Em diversos trechos do livro o termo é citado, sem maiores aprofundamentos, e ele aparece fortemente explicitado pelos militares no “Dossiê Araguaia” ao final do relato sobre a Terceira Campanha, ou pelos porta-vozes de seu imaginário, em referências bastante ilustrativas, apontadas por Hugo Studart. Embora o autor enfoque outro traço desse complexo objeto, a heterogeneidade das Forças Armadas, bem como a convivência em seu interior de elementos nacionalistas, com perspectivas de direita, e até mesmo marxistas. Essa pluralidade é também pontuada nas referências sobre algumas divergências de opiniões sobre o tipo de conduta na selva amazônica.

Os autores da ordem para os extermínios permanecem desconhecidos, embora Hugo Studart trabalhe com a obra de Carlos Fico para analisar que a independência operacional dos agentes da repressão não significou a sua autonomia. E ressalta que os que deveriam zelar pela paz aderiram à “guerra suja”, de cuja prática acusam os guerrilheiros todo o tempo. A exacerbação da guerra, com o abandono das regras legais para o confronto, adotada como tática pelos militares permitindo o sucesso da empreitada é constante na obra, que argumenta criticamente com as posições dos militares, a partir de análises teóricas feitas pelo autor.

O pesquisador Marcelo Ridenti analisou em texto publicado no livro *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*,

o papel de alguns setores sociais no diálogo com a atual proposta da historiografia sobre o regime militar que se propõe a estudar as temáticas fugindo a explicações maniqueístas, com debates que se referem especialmente ao papel da resistência naquele período. Diante desse cenário, critica certas coberturas jornalísticas que realizam uma interpretação anacrônica dessas informações visando a justificar a repressão política pela ação das esquerdas, numa reação muito típica aos militares que colaboraram com a pesquisa que resultou no livro *A Lei da Selva*. Jornalista, no entanto, Hugo Studart fugiu à regra de alguns de seus colegas de profissão e procurou analisar mais detidamente as fontes de que dispunha, tendo por resultado um trabalho que cumpre sua função, nas palavras do autor: “lançar um pouco mais de luz nesse obscuro episódio da recente história brasileira”.<sup>1</sup>

O Araguaia  
pelos Militares:  
Imaginários e  
Barbáries

1 STUDART, Hugo. *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares Sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006. p. 287.